

**PERFIL DA COMUNIDADE ATENDIDA POR UM SERVIÇO DE  
CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO DE UMA UNIDADE  
EDUCACIONAL EM ÁREA DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

**PROFILE OF THE COMMUNITY SERVED BY A COEXISTENCE SERVICE  
AND STRENGTHENING OF LINK OF AN EDUCATIONAL UNIT IN THE  
AREA OF SOCIAL VULNERABILITY**

Vanessa da Costa Gomes\*  
Carolina Sampaio Machado\*\*  
Susana Inés Segura Muñoz\*\*\*

**RESUMO**

A caracterização do perfil de atendimento de uma comunidade e do seu território, consiste no processo de identificação, formulação e priorização das necessidades em uma determinada realidade e contexto. Permitindo assim, orientar e definir as ações e projetos a serem desenvolvidos. Assim objetivou realizar a caracterização do perfil da comunidade em atendimento de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social. Optou-se por uma pesquisa descritiva baseada de um estudo de caso. Para a coleta de dados e análise dos resultados, foram realizados levantamentos bibliográficos, documentais de fontes secundárias e estatístico. Para realização da caracterização do perfil da comunidade atendida, foram descritos os seguintes dados e informações: (a) Distribuição da faixa etária, (b) Renda per capita, (c) Benefícios recebido pelas famílias, (d) Situação da moradia, (e) Moradores por residência, (f) Composição familiar, (g) Naturalidade das famílias e (h) Escolaridade dos responsáveis. Foi possível identificar famílias em situação de alta vulnerabilidade social que, por sua vez, apresentam necessidades nas áreas de educação, saúde, trabalho e renda. Muitas das condições dessas famílias, crianças e adolescentes estavam associadas à situação de pobreza e baixa renda, com remuneração abaixo da linha da pobreza, desigualdade social, situação de moradia precária, baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação para o trabalho, reforçando a importância de garantir às famílias acesso às políticas públicas e educação, assim como promover proteção social, reconhecendo as demandas da comunidade e do seu território.

**Palavras-chave:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo. Vulnerabilidade Social. Território.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública (EERP/USP), Mestre em Tecnologia Ambiental (UNAERP). Especialista em Educação Empreendedora (UFJS). Licenciada em Pedagogia e Biologia. Av. Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário - Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP CEP: 14040-902. [oiannessacosta@usp.br](mailto:oiannessacosta@usp.br)

\*\* Doutora e Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública (EERP/USP). Licenciada em Biologia. Av. Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário - Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP CEP: 14040-902. [cafusp@gmail.com](mailto:cafusp@gmail.com)

\*\*\* Doutora em Enfermagem em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação Enfermagem em Saúde Pública (EERP/USP). Av. Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário - Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP CEP: 14040-902. [susis@eerp.usp.br](mailto:susis@eerp.usp.br)

## **ABSTRACT**

The characterization of the care profile of a community and its territory consists in the process of identifying, formulating and prioritizing needs in a given reality and context. Thus allowing to guide and define the actions and projects to be developed. Thus it aimed to characterize the profile of the community in care of an educational unit in the area of social vulnerability. We opted for a descriptive research based on a case study. For data collection and analysis of results, bibliographical, documentary and secondary source surveys were performed. To characterize the profile of the community served, the following data and information were described: (a) Age distribution, (b) Per capita income, (c) Benefits received by families, (d) Housing situation, (e) Residents by residence, (f) Family composition, (g) Naturalness of families and (h) Schooling of guardians. It was possible to identify families in situations of high social vulnerability that, in turn, have needs in the areas of education, health, work and income. Many of the conditions of these families, children and adolescents were associated with poverty and low income, with pay below the poverty line, social inequality, precarious housing situation, low education, little or no qualification for work, reinforcing the importance of guarantee families access to public policies and education, as well as promote social protection, recognizing the demands of the community and its territory.

**Keywords:** Service of Coexistence and Strengthening of Link. Social vulnerability. Territory.

## **Introdução**

Muito se tem discutido sobre a importância da escola se relacionar com seu entorno e de assumir outras possibilidades de aprendizagem que não necessariamente se encontram no ambiente escolar, onde uma atividade educativa formal ou não formal, não acontece apenas dentro da escola, a cidade e as pessoas que nela habitam têm muito a contribuir nesse processo (AZEVEDO et al., 2015).

Para Azevedo et al. (2015) questões relativas ao território, a escola e ao desenvolvimento do indivíduo, vêm assumindo grande importância no atual contexto da educação brasileira. A escola tem sido questionada sobre o seu papel e, por conseguinte, pelo seu sucesso ou fracasso escolar.

De acordo com Alves (2004) entre as diversas mudanças necessárias no contexto contemporâneo da escola no que se refere à educação de crianças, jovens e adolescentes, incluem a diversificação do currículo, a utilização do território como espaço educativo e de aprendizagem; e a construção de um projeto de educação que se preocupe com o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Sendo assim, muitas escolas e espaços educativos formais e não formais, passam a considerar seu entorno e o território, para ressignificar sua prática educativa, bem como

relacionar o espaço com o cotidiano e o contexto de vida da comunidade, considerando os saberes locais dos sujeitos ali inseridos, suas crenças e valores com os quais se identificam, dividindo com a comunidade e demais instituições, a responsabilidade sobre a educação das crianças, jovens e adolescentes (AZEVEDO et al., 2015).

Segundo Santos et al. (2002) o território não é apenas o conjunto dos ambientes naturais e de suas estruturas sociais, ele precisa ser entendido como o território em uso, não apenas o território do ponto de vista do seu espaço físico e geográfico. O território em uso é o espaço físico associado a identidade. A identidade é o sentimento de pertença a esse território em função do trabalho, do lugar da residência, assim como da vida.

Nesse contexto, todo um debate em torno do território e dos espaços-escolares e não-escolares, vem se intensificando dia a dia.

Saquet (2007) pressupõem a interlocução desses espaços com o território em que a escola se insere, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem. Para o autor, explorar as possibilidades de aprendermos com e no território, ajuda a compreender que existem relações simbólicas e individuais estabelecidas com o espaço. Não é só fazer com que o sujeito frequente o espaço; e sim da sua relação e significado para ele.

Ainda segundo Saquet (2007) traçar o perfil de uma comunidade e do seu território, consiste no processo de identificação, formulação e priorização das necessidades de uma determinada realidade e contexto social. Possibilitando conhecer a comunidade e identificar os problemas, bem como suas necessidades, para orientar e definir as prioridades de ações e projetos a serem desenvolvidos.

Para Ferraro Junior (2007) o diagnóstico e mapeamento de grupos sociais considerados "invisíveis", "vulneráveis" e "minoritários" requer uma postura crítica. Esses grupos lutam pelo reconhecimento de suas múltiplas identidades que defendem diferentes territorialidades e buscam políticas públicas específicas para a autonomia e a proteção de seus territórios.

Sendo assim, optou-se por realizar uma pesquisa descritiva, baseada em estudo de caso, onde o objetivo foi realizar a caracterização do perfil da comunidade atendida por um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social.

Espera-se que a experiência decorrente desse estudo, contribua para o aperfeiçoamento dos processos educativos estabelecidos no território, a fim de que as propostas de ações e projetos sejam efetivas, com base nas características e singularidades da comunidade de estudo.

## **Método**

Como forma de atingir os objetivos propostos no presente estudo, optou-se por uma pesquisa descritiva, baseada em estudo de caso, realizada em uma unidade educacional localizada em um bairro periférico do interior do Estado de São Paulo de janeiro a dezembro de 2017. Para a coleta de dados e análise dos resultados, foi realizado um levantamento bibliográfico (livros, revistas especializadas, trabalhos acadêmicos e informações de órgãos governamentais), documental de fontes secundárias (relatórios, registros e dados disponíveis nos documentos internos da unidade educacional) e estatístico (dados e informações de instituições governamentais e não governamentais). Para a realização da caracterização do perfil da comunidade atendida, foram descritos os seguintes dados e informações: (a) Distribuição da faixa etária, (b) Renda per capita, (c) Benefícios recebido pelas famílias, (d) Situação da moradia, (e) Moradores por residência, (f) Composição familiar, (e) Naturalidade das famílias e (h) Escolaridade dos responsáveis.

## **Resultados**

### **Caracterização do Perfil de Atendimento da Unidade Educacional**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) está tipificado na Proteção Social Básica, e recebeu novo formato com a nova Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, que instituiu a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. As atividades passam a ser padronizadas, contendo objetivos, público-alvo específico, impactos e recursos mínimos para o atendimento. O serviço ganha assim legitimidade política e passa a ser promotor da proteção social de crianças e adolescentes.

Entre os serviços ofertados pela unidade educacional no ano de estudo estava o SCFV, com atividades no contra turno escolar para crianças e adolescentes que estudavam no território da microárea de atuação da unidade educacional.

#### **a) Distribuição da faixa etária:**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) atendeu no ano de estudo crianças e adolescentes nos períodos matutino e vespertino, em projetos pedagógicos cujas temáticas se utilizam da pesquisa, da arte e da ludicidade na discussão

de temas inerentes aos eixos curriculares oferecidos pelo serviço. É possível notar na Figura 1, que a maior parte dos atendimentos no SCFV se concentrava no período vespertino (201 crianças e adolescentes).

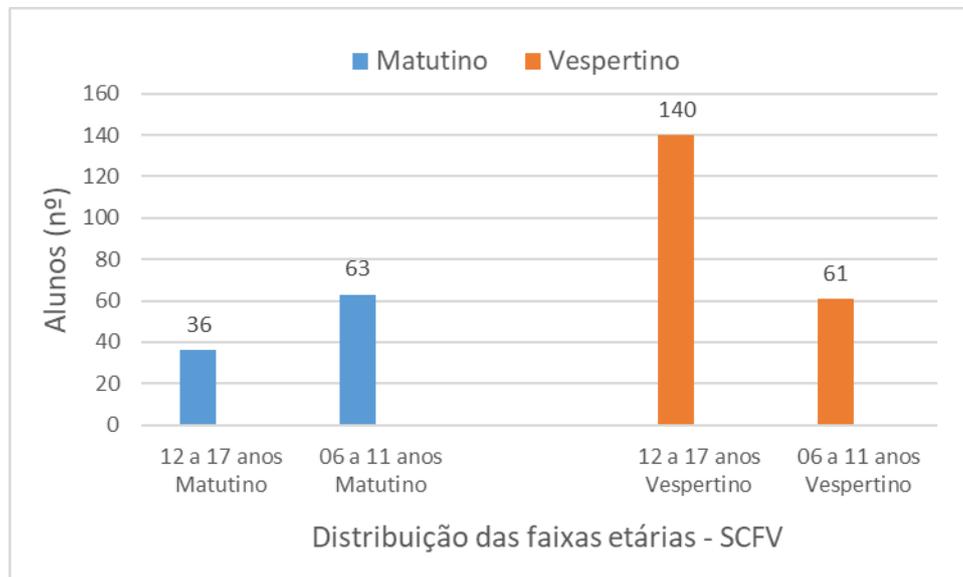


Figura 1. Distribuição por faixa etária da população atendida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017

Observa-se na Figura 1, que no período matutino há uma maior concentração de crianças entre 06 e 11 anos de idade representando (cerca de 63% no período), enquanto no vespertino a maior parte do público do SCFV é composta por adolescentes entre 12 e 17 anos representando (cerca de 70% no período). Nota-se que 58% do atendimento envolve adolescentes de 12 a 17 anos e 48% é com crianças de 06 a 11 anos. Essa divisão de faixa etária é importante para o direcionamento das crianças e adolescentes nos projetos oferecidos pela unidade educacional.

#### **b. Renda per capita:**

Podemos observar na Figura 2, que 64% das crianças e adolescentes atendidas no SCFV vivem em famílias cuja renda per capita é de até aproximadamente meio salário mínimo (193 crianças e adolescentes). Entre estes, 46 crianças e adolescentes 15% encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza, recebendo renda per capita de até aproximadamente R\$170,00. De acordo com os dados do Índice de Vulnerabilidade Social (IPVS) a renda per capita dos vulneráveis a pobreza no município de Ribeirão Preto é de R\$176,39 (IPVS, 2010).

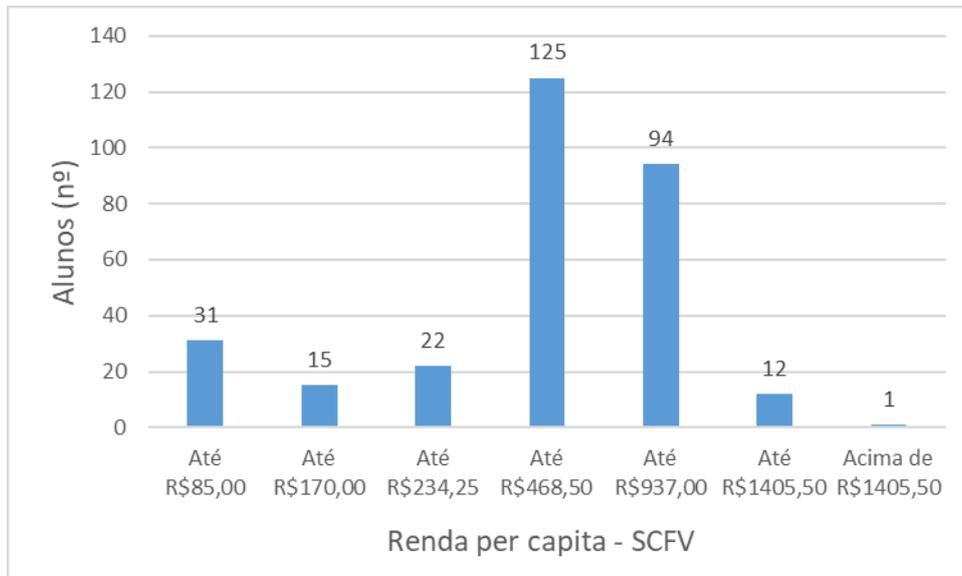


Figura 2. Distribuição da renda per capita das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017

### c. Benefícios recebidos pelas famílias:

Os programas de transferência de renda como Bolsa Família, além de alguns benefícios federais (pensão por morte, auxílio doença, seguro desemprego e aposentadoria) compõem a renda de muitas destas famílias, conforme apresentados na Figura 3.

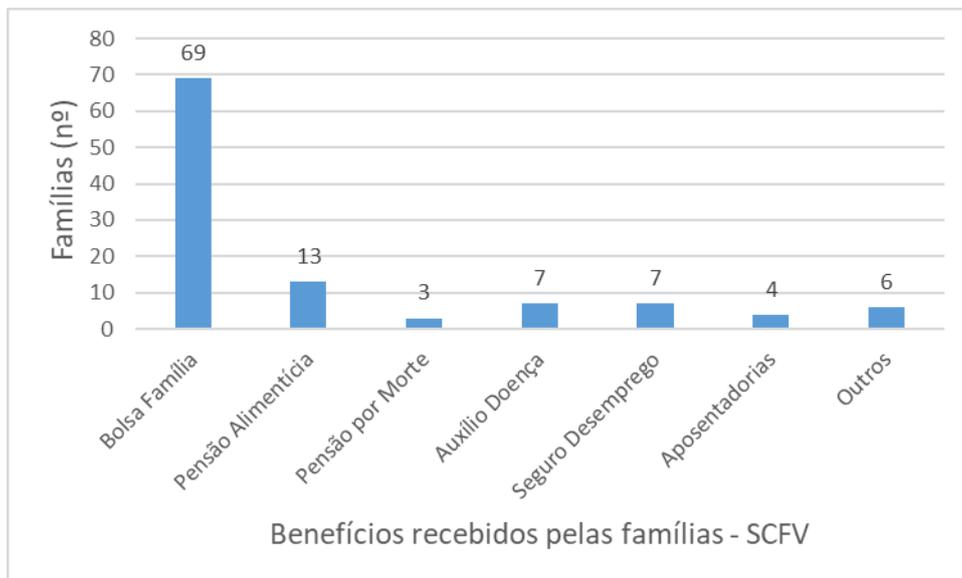


Figura 3. Distribuição dos benefícios recebido pelas famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017

Observando a Figura 3, percebe-se que há um número expressivo de famílias que participam do Programa Bolsa Família (PBF) representando 23% das famílias atendidas no SCFV da unidade educacional. O PBF está previsto na Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e outras normas (BRASIL, 2017). O PBF transfere renda diretamente as famílias em situação de pobreza extrema, com renda aproximadamente entre R\$0,00 e R\$85,00 por pessoa e de pobreza, com renda aproximadamente entre R\$85,01 e R\$170,00 por pessoa.

Nota-se que 16 famílias possuem renda oriunda das pensões (alimentícia ou por morte) representando cerca de 5% das famílias. A primeira diz respeito ao direito da criança e do adolescente receber valor determinado judicialmente, conforme a renda declarada por um dos genitores em caso de divórcio e separação. Já a segunda (pensão por morte), se trata de um benefício previdenciário, de direito dos dependentes do assegurado falecido, porém este precisa ter sido contribuinte junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para garantir que o benefício seja perene ou temporário.

Observam-se também famílias do SCFV que estão ativas junto ao INSS, e afastadas do trabalho formal, recebendo auxílio-doença (07 famílias) e seguro desemprego (07 famílias) somando (cerca de 5%) das famílias. Muitos destes casos são pontuais e com prazos determinados, isto é, assim permanecem até que retornarem ao trabalho. Observa-se ainda 04 famílias que recebem aposentadoria pelo INSS e 06 famílias com outros benefícios.

#### **d. Situação da moradia:**

Na Figura 4, observa-se que 59% das crianças e adolescentes do SCFV residem em casas próprias e 21% das famílias pagam aluguel; outros 20% residem em casas cedidas, por ocupação e/ou compartilhada.

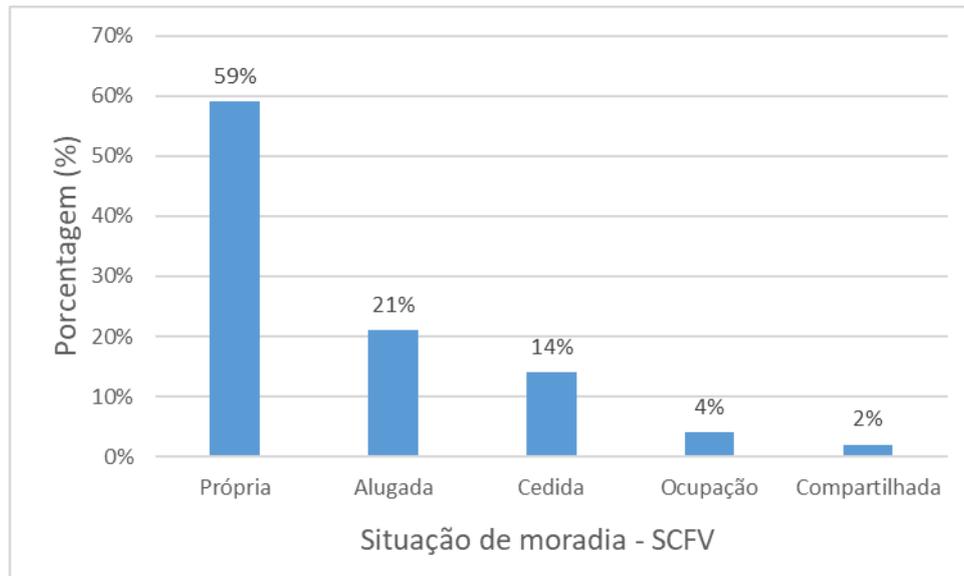


Figura 4. Distribuição da situação de moradia das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017

Observamos na Figura 4, que mais de 50% das famílias residem em casa própria, entretanto de acordo com os dados internos do sistema de registro de cadastro da unidade educacional muitas destas casas encontram-se em áreas de ocupação irregular e, portanto, são moradias irregulares e contam com pouca qualidade de infraestrutura. Ao mesmo tempo, constata-se que apesar de ter um elevado índice de famílias em situação de pobreza e pobreza extrema, cerca de 21% destas famílias pagam aluguel, elemento que reduz ainda mais o poder aquisitivo destas famílias.

#### e. Número de moradores por residência:

Conforme é apresentado na Figura 5, cerca de 60% das crianças e adolescentes do SCFV habitam residências onde vivem entre 4 e 5 moradores. Aproximadamente 29% das crianças e adolescentes habitam residências onde vivem entre 2 e 3 moradores e 11% vivem em casas com 6 ou mais moradores.

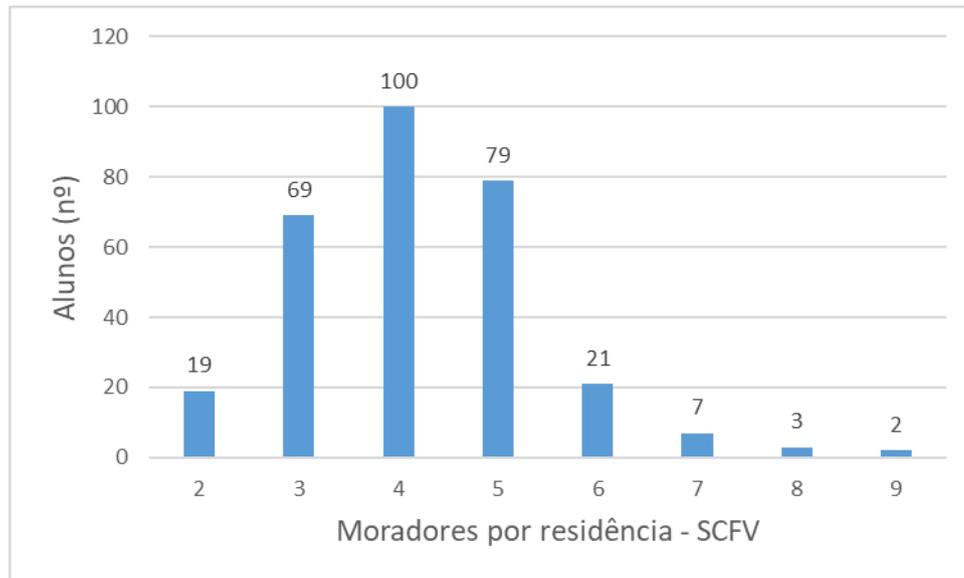


Figura 5. Distribuição de moradores por residência das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017

De acordo com os dados internos do sistema de cadastro da unidade educacional a maior parte das crianças e adolescentes atendidas residem no bairro próximo a unidade educacional, caracterizada por ser uma área de ocupação irregular e que conta com muitas casas de tamanho reduzido, com poucos cômodos e, assim, pouco espaço de privacidade para seus moradores.

#### f. Composição familiar:

Conforme nos apresenta a Figura 6, cerca de 58% das famílias atendidas no SCFV conta com composição familiar nuclear (composta por dois adultos) em geral por um pai e uma mãe. Ao mesmo tempo que, vemos um elevando número de famílias cuja composição familiar é monoparental (cerca de 39%), em geral, contando com apenas um dos genitores (mulheres em sua maior parte) ou um outro responsável adulto, residindo com crianças e adolescentes.

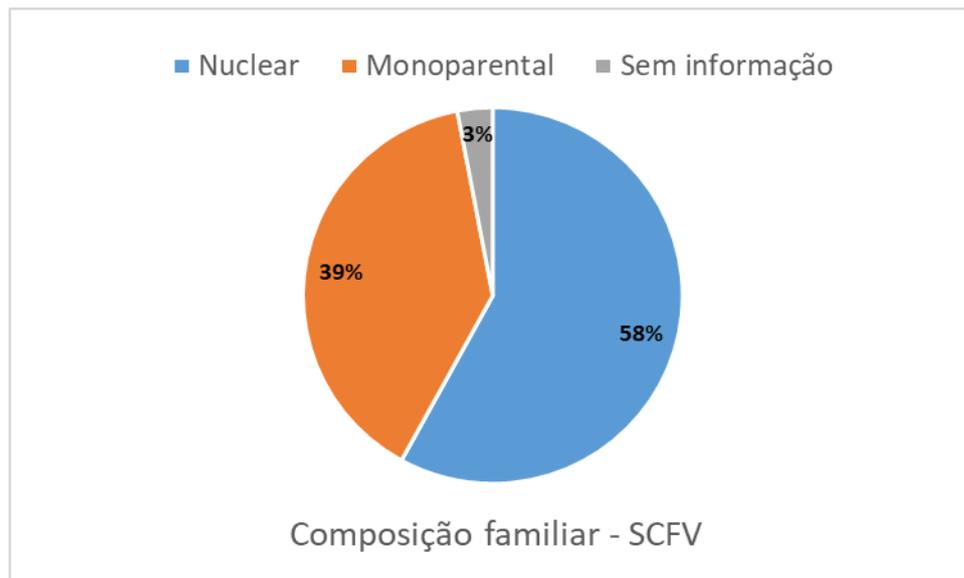


Figura 6. Distribuição da composição familiar das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017

De acordo com Moreira et al., (2012) em princípio, as famílias com arranjo monoparental feminino de baixo rendimento monetário são especialmente vulneráveis devido ao fato de que, possivelmente, não exista outra pessoa no domicílio para a divisão das tarefas de cuidado e de manutenção econômica da família. Além disso, as mulheres sofrem diversos preconceitos que impõem uma pior inserção no mundo do trabalho. Algumas evidências de pesquisas qualitativas apontam para um possível impacto do próprio Programa Bolsa Família (PBF) na formação de tais arranjos, na medida em que o benefício financeiro do programa pode apoiá-las na dissolução de relações mantidas meramente pela dependência econômica.

#### **g. Naturalidade das famílias:**

Na Figura 7, observa-se que muitas das famílias atendidas no SCFV são constituídas por migrantes que se estabeleceram na cidade. Percebe-se que a maior parte dos pais/responsáveis é natural de outras cidades e/ou outros estados; e a maior parte das crianças e adolescentes é natural do município de estudo. Ainda assim, observa-se que 16% destas crianças e adolescentes vieram também com seus pais/responsáveis de outras cidades e regiões.

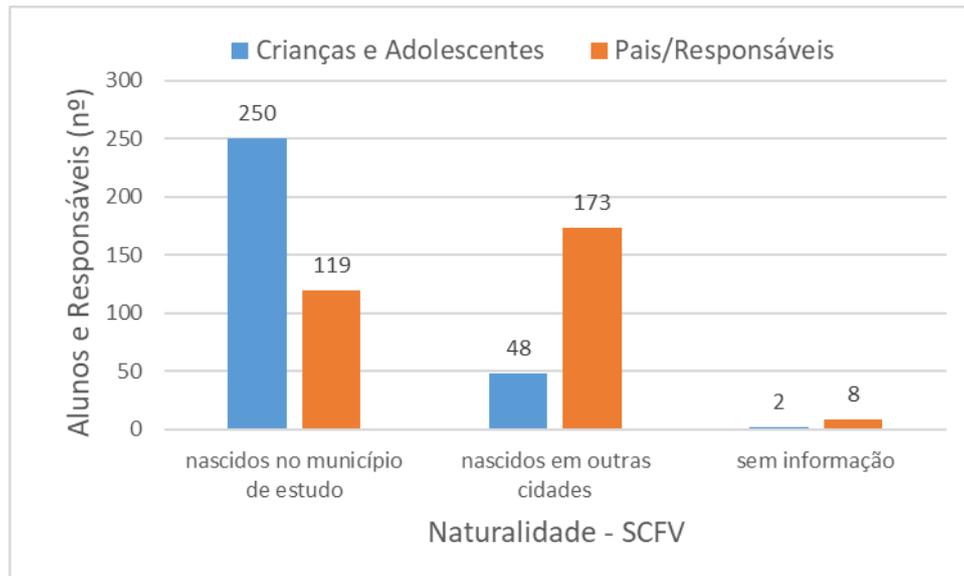


Figura 7: Distribuição da naturalidade das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017

#### h. Escolaridade dos responsáveis:

Em termos de escolaridade dos pais/responsáveis, observa-se na Figura 8, que 38% dos pais/responsáveis não completaram o Ensino Fundamental; outros 38% chegaram a atingir o Ensino Médio, entretanto somente 24% desses conseguiu completar esta modalidade. Verifica-se ainda, que apenas 0,66% dos pais/responsáveis conseguiram concluir o Ensino Superior e cerca de 1% se declararam analfabetos.

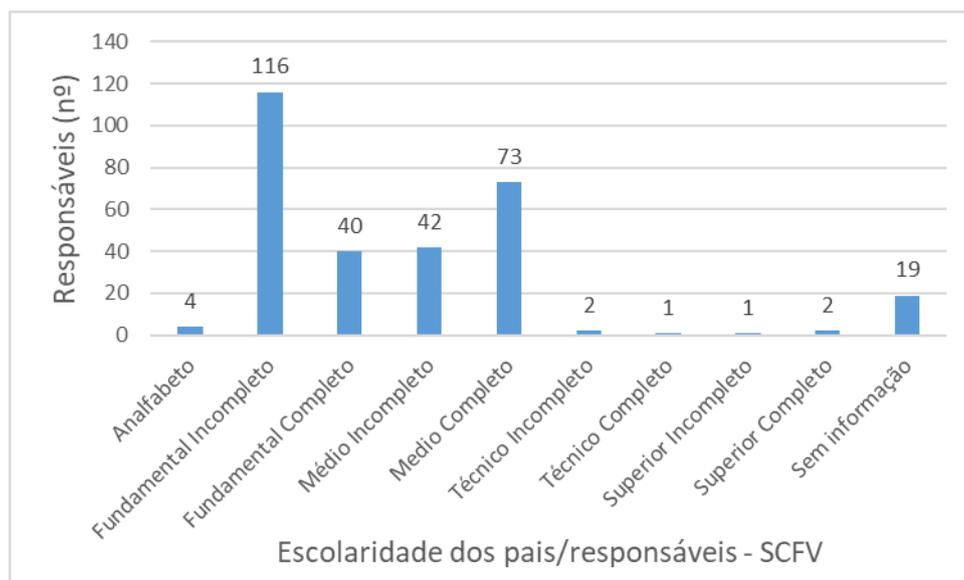


Figura 8. Distribuição da escolaridade dos responsáveis pelas crianças e adolescentes atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo no ano de 2017

É possível notar na Figura 8, um número expressivo de (202 pais/responsáveis) que não concluíram a Educação Básica representando 67% dos pais/responsáveis. Sabemos que à baixa escolaridade, correspondem a baixa qualificação profissional, a precarização do trabalho e a baixa renda, além das outras questões que impactam na qualidade de vida e na vivência plena da cidadania (BRASIL, 2013). Esse dado mostra que, mesmo diante dos grandes avanços da educação básica brasileira nos últimos anos, essas famílias ainda carregam um passivo de adultos muito pouco escolarizados, com potenciais dificuldades para exercer a sua cidadania.

### **Considerações finais**

O estudo permitiu realizar a caracterização do perfil da comunidade atendida de uma unidade educacional em área de vulnerabilidade social.

Foi possível identificar famílias em situação de alta vulnerabilidade social que, por sua vez, apresentam necessidades nas áreas de educação, saúde, trabalho e renda. Muitas das condições dessas famílias, crianças e adolescentes estavam associadas à situação de pobreza e baixa renda, com remuneração abaixo da linha da pobreza, desigualdade social, situação de moradia precária, baixa escolaridade, pouca ou nenhuma qualificação para o trabalho, reforçando a importância de garantir as famílias acesso às políticas públicas e a educação, assim como promover proteção social, reconhecendo as demandas da comunidade e do território.

Nesse cenário, a implementação de políticas públicas, parcerias entre instituições de ensino e atores sociais são capazes de modificar o quadro social e educacional da comunidade e seu entorno.

Conhecer o perfil da comunidade, o contexto local e as condições de vida das famílias ajudam a pensar e planejar as prioridades de ações e projetos a serem desenvolvidos, bem como avaliá-los criticamente de acordo com a realidade de vida dessas famílias.

Sendo assim, espera-se que este estudo contribua para o planejamento das ações e aperfeiçoamento do processo educativo, com base no perfil de atendimento da comunidade de estudo, suas necessidades, características e singularidades.

## **Referências**

ALVES, R. **Aprendiz de Mim**: um bairro que virou escola. Campinas: Papyrus, 2004.

AZEVEDO, G. A. N. et al. **Do espaço escolar ao território educativo**: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade do Rio de Janeiro. Natal: Projetar, 2015.

BRASIL. **Caderno de Orientações da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, 2013.

BRASIL. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome - MDS, 2017.

BRASIL. **Resolução nº 109**, de 11 de novembro de 2009. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao\\_no\\_109\\_-\\_servico\\_de\\_protecao\\_e\\_atendimento\\_especializado\\_a\\_familias\\_e\\_individuos\\_-\\_paefi.pdf](http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_no_109_-_servico_de_protecao_e_atendimento_especializado_a_familias_e_individuos_-_paefi.pdf)>. Acesso em: 9 abr. 2019.

FERRARO JUNIOR, L. A. MAPPEA: Mínima Aproximação Prévia para elaboração de Programas de Educação Ambiental. In: **Ministério do Meio Ambiente**: Mapeamentos, Diagnósticos e intervenções Participativos no Socioambiente. Brasília, DF: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisas.php>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

SANTOS, M. et al. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções sobre o território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.